



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 12/SES/ASSJUR-JR/2020

PROCESSO Nº 1320.01.0038142/2019-19

JUNTA DE RECURSOS

JURASE

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Hospital Santana de Guaraciaba

MUNICÍPIO: Guaraciaba

NMAA: Leste do Sul/ Ponte Nova

SRS: Ponte Nova

Nº PROCESSO SEI:1320.01.0038142/2019-19

ATIVIDADE SISAUD: 575

RECORRENTE: Hospital Santana de Guaraciaba

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada pelo Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial (NMAA) Leste do Sul e NMAA Norte no Hospital Santana de Guaraciaba, em 29 e 30 de maio de 2019, que originou o Ofício SES/AUDSUS nº 467/2020, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:

- 1 - Constatação nº 576134 - Os prontuários dos usuários SUS do Hospital Santana de Guaraciaba do período auditado não possuem composição e/ou preenchimento conforme regras aplicáveis. Em desacordo com Resolução CFM nº 2217/2018, art.87, §1º e RDC ANVISA nº 63/2011, Seção IV Do Prontuário do Paciente, art. 24, 26 e 27; Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2015 item 72 (aprovado pela Portaria MS/GM nº 396/2000); Portaria MS/GM nº 2.048/2002, Anexo I, Capítulo V, Item II, subitem 2.1.4 Registro de Pacientes, alíneas de a - g.*
- 2 - Constatação nº 576136 - O período de internação constante nos prontuários do período auditado difere do lançado no espelho de AIH. Em desacordo com a Portaria MS/SAS nº 25/2000, art. 1º.*
- 3 - Constatação nº 575231 - Ocorrência de internação no hospital Santana de Guaraciaba, no período de julho/2018 a abril/2019 e nos dias 29 e 30/05/2019, contrariando determinação da VISA/URS Ponte Nova.*

Em desacordo com a Resolução RDC/ANVISA nº 63/2011, Capítulo II, Seção II, art. 10, §Único e Capítulo III, art.66 e Lei Estadual nº 13.317/1999 (Código de Saúde do Estado de Minas Gerais), art. 98.

4 - Constatação nº 576138 - A indicação de internações e de permanência dos usuários do Hospital Santana de Guaraciaba não atendeu aos critérios preconizados em legislação. Em desacordo com Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, art. 4º e art. 19 Portaria MS/GM nº 3.390/2013, Capítulo II, art.10; Manual de orientações técnicas sobre aplicação de glosas em auditoria no SUS/DENASUS/MS-2005, Item 12, pág. 29, Item 13, pág. 30 e Item 21, pág. 31 e gerando glosa no valor de original de R\$ 9.607,74 (nove mil seiscentos e sete reais e setenta e quatro centavos).

5 - Constatação nº 576144 - Incompatibilidade entre os procedimentos cobrados e os procedimentos realizados, conforme registros nos prontuários. Em desacordo com Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, art. 4º e art. 19; Portaria MS/GM nº 3.390/2013, Capítulo II, art.10; Manual de orientações técnicas sobre aplicação de glosas em auditoria no SUS/DENASUS/MS-2005, Item 11, pág. 29 e item 13, pág.30, gerando glosa no valor original de R\$ 647,44 (seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

PARECER

O Auditado se manifestou por meio do documento **"Justificativa Relatório Final Atividade 575 (21774055)"**, que consta no Processo SEI nº 1320.01.0038142/2019-19, objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas, apontadas no Relatório Final de Auditoria. Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do recorrente.

1 - Constatação nº 576134 - Os prontuários dos usuários SUS do Hospital Santana de Guaraciaba do período auditado não possuem composição e/ou preenchimento conforme regras aplicáveis.

2 - Constatação nº 576136 - O período de internação constante nos prontuários do período auditado difere do lançado no espelho de AIH.

3 - Constatação nº 575231 - Ocorrência de internação no hospital Santana de Guaraciaba, no período de julho/2018 a abril/2019 e nos dias 29 e 30/05/2019, contrariando determinação da VISA/URS Ponte Nova.

4 - Constatação nº 576138 - A indicação de internações e de permanência dos usuários do Hospital Santana de Guaraciaba não atendeu aos critérios preconizados em legislação.

5 - Constatação nº 576144 - Incompatibilidade entre os procedimentos cobrados e os procedimentos realizados, conforme registros nos prontuários.

Assim se manifestou o Auditado:

“A presente defesa é apresentada, diante de incongruências contidas no ofício acima referido, já que o hospital, ora Defendente, não descumpriu o acordo de parcelamento do débito apurado na auditoria realizada no processo administrativo em epígrafe.

De antemão, é necessário ressaltar, para a contextualização de Vossa Senhoria, a situação vivenciada pela instituição defendente. O corpo diretor dessa Instituição presta seus serviços de forma voluntária e, independentemente de remuneração, sempre atuou com afincamento para viabilizar, da melhor maneira possível, o funcionamento do atendimento médico e hospitalar ao Município de Guaraciaba e região.

Aliás, corroborando tal afirmação, informa-se que o corpo de voluntários foi eleito em 18/11/2017, por meio de chapa única, por aclamação e, na data de 03/01/2019, foi renovada a confiança neles depositada, já que foi reeleita, novamente por aclamação, a mesma diretoria estabelecida, conforme documentos em anexo.

Evidencia-se que a provedora, juntamente aos demais membros do corpo diretor, trabalham com tamanha determinação que, em pouco tempo de administração da instituição hospitalar, promoveram importantes mudanças na estrutura física e na regularização documental da Defendente que, infelizmente, devido a más administrações encontravam-se defasada e sem devida normalização, respectivamente.

Em conjunto à comunidade local, angariaram recursos para que as mudanças pudessem ser implementadas o mais breve possível, principalmente diante da escassez de repasses financeiros do Estado de Minas Gerais e do ente municipal que possui uma contratualização com a referida Instituição para prestação de serviços.

Evidencia-se que a, atualmente, diante do trabalho incansável dos membros da gestão hospitalar, a instituição defendente conta com médicos que atuam em 24 horas disponibilizando os medicamentos exigidos pela legislação. Ainda, foram contratados um farmacêutico e uma nutricionista e mais um enfermeiro, que não existiam de forma presencial antes desta diretoria.

Desde 2013, hospital funcionava, pasmem, sem alvará sanitário, motivo pelo qual foram envidados incansáveis esforços para regularizar tal documentação, junto à Secretaria Regional de Saúde de Ponte Nova, o mais breve possível. Com louvor, o referido foi obtido em 02/10/2018, ou seja, pouco tempo depois do início da gestão que trouxe a melhoria das condições de funcionamento a instituição hospitalar.

De mais a mais, o hospital não possuía certidões negativas de débito (CNDs) e contava com comprometedoras dívidas. Porém, essa situação já foi consideravelmente controlada pela atual diretoria. Funcionários que não recebiam em dia, bem como possuíam férias em atraso, tiveram a situação trabalhista regularizada. Além disso, os débitos, que sempre foram uma realidade nas gestões passadas, não mais fazem parte da vivência da instituição hospitalar que, desde o primeiro momento, buscou parcelá-los e quitá-los conforme a disponibilidade financeira do hospital.

A auditoria realizada no bojo do procedimento em epígrafe auxiliou a diretoria do hospital a aperfeiçoar, ainda mais, os trabalhos realizados, principalmente quanto às constatações da saúde financeira da instituição.

Vale ressaltar que a Secretaria Estadual de Saúde nunca promoveu cursos de capacitação ou orientações específicas à gestão da Defendente que, a despeito da precária situação vivenciada no hospital, bem como da inexperiência em relação aos procedimentos regulares relacionados ao cotidiano de um hospital, necessitou reunir esforços e conhecimentos para promover a constante melhoria da instituição.

De forma responsável e comprometida com o bem-estar da população de Guaraciaba e demais municípios que necessitam dos serviços hospitalares do Hospital Santana da Guaraciaba (HSG), a diretoria sempre buscou promover avanços ao hospital e não buscou qualquer espécie de promoção pessoal, perante a comunidade, em razão da importância do cargo assumido.

Em virtude dessa postura proba e comprometida com a sociedade, foi pactuado o Termo de Confissão e Parcelamento de Débito 8/2020 SES/DPC, porque o objetivo, independente de erros e acertos durante o percurso, é o avanço da condição HSG que, sem dúvidas, beneficia toda a região do Município de Guaraciaba.

*Contudo, ofício SES/AUDSUS nº 467/2020 foi recebido com certo espanto, pois as obrigações pactuadas no termo em comento não foram, em momento algum cumpridas. O parcelamento do débito constatado na auditoria *ipsis litteris* está no documento assinado, conforme comprovado em anexo.*

Sendo assim, inexistiu qualquer erro ou atraso no pagamento mensal dos valores parcelados e, conseqüentemente, não há a configuração de suposto dano ao erário que poderia ensejar na penalidade de advertência por escrito.

Reitera-se que a diretoria nunca passou por treinamento específico para adquirir o conhecimento necessário de como deve ser a administração de um hospital. Destarte, sempre precisou atuar por iniciativas próprias, sem ter o devido respaldo da Secretaria Estadual de Saúde.

Logo, a postura razoável a ser adotada, independente da existência de atraso no pagamento do débito parcelado, deve ser a implementação de orientações aos gestores do HSG, para que atinjam a sapiência necessária sobre o modo de se gerir um hospital nas proporções do Hospital Santana de Guaraciaba.

Assim, diante de toda a documentação e das alegações apresentadas, não cabe a aplicação de qualquer espécie de sanção a membros da diretoria e/ou ao Hospital Santana de Guaraciaba, pois não houve o descumprimento do Termo de Confissão e Parcelamento 8/2020SES/DPC.

Em oportuno é necessário que a Secretaria Estadual de Saúde envide esforços para fomentar treinamentos aos gestores do HSG, tendo em vista que esses nunca passaram por alguma espécie de capacitação, de modo a prepará-los para os desafios inerentes a tal função.”

ANÁLISE:

Quanto aos itens **1 (constatação nº 576134)**, **2 (constatação nº 576136)**, e **3 (constatação nº 575231)**, o Auditado não se manifestou a respeito das irregularidades apontadas, também não juntou aos autos, documentação que justificasse ou afastasse a inconformidade. Consideramos as irregularidades como não corrigidas.

Em relação aos itens **4 (constatação nº 576138)** e **5 (constatação nº 576144)**, de acordo com a justificativa do Auditado e as considerações da Equipe de Auditores da SES, a Provedora do Hospital, por meio do ofício HSG nº 001/2020, de 15/01/2020, solicitou parcelamento de débito da instituição, o qual foi acatado pela SES-MG, com a celebração do Termo de Confissão e Parcelamento de Débito 8/2020 - SES/DPC, em 05/06/2020. Na ocasião, a Equipe de Auditores

considerou: **"que foram apresentadas parcialmente justificativas suficientes para afastar a não conformidade"**, motivo pelo qual, entendemos pelo cancelamento das penalidades de Advertência Escrita impostas em relação a essas constatações.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento em relação aos itens **1 (constatação nº 576134), 2 (constatação nº 576136) e 3 (constatação nº 575231)**. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, negando-lhe provimento para manter as penalidades de Advertência Escrita impostas ao **ENTE AUDITADO**.

Em relação aos itens **4 (constatação nº 576138) e 5 (constatação nº 576144)**, considerando a celebração do Termo de Confissão e Parcelamento de Débito 8/2020 SES/DPC, em 05/06/2020, bem como a manifestação da Equipe de Auditores no Relatório Final de Auditoria, quando da análise em 1ª instância, em que consideraram as justificativas suficientes para afastar as não conformidades, somos pelo cancelamento da aplicação de penalidade de Advertência Escrita em relação a essas constatações.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2020.